

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.7.61361>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

## RESENHA DO LIVRO - POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM: AS ORIGENS DA RIQUEZA, DA PROSPERIDADE E DA POBREZA

REVIEW OF THE BOOK: WHY NATIONS FAIL: THE ORIGINS OF POWER, PROSPERITY AND POVERTY

Marcelo Sasso<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa fazer uma análise do livro de 2012 “Porque as nações fracassam”, coautoria de Daron Acemoglu e James A. Robinson. Neste livro, os autores mostram que são as instituições políticas e econômicas criadas pelo homem que estão por trás do sucesso ou fracasso econômico. Centraliza sua discussão no papel das instituições econômicas como direitos de propriedade seguros e instituições políticas como eleições livres e justas na promoção do desenvolvimento. Os dados são apresentados com distribuição geográfica baseados em dados quantitativos e qualitativos. Com base em quinze anos de pesquisa original, eles reúnem evidências históricas do para construir uma nova teoria da economia política com grande relevância para as grandes questões da atualidade.

**Palavras-chave:** Direito; Economia; Estado; Instituições; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

This paper aims to analyze the 2012 book *Why Nations Fail*, co-authored by Daron Acemoglu and James A. Robinson. In this book, the authors show that it is man-made political and economic institutions that are behind economic success or failure. It centers its discussion on the role of economic institutions such as secure property rights and political institutions such as free and fair elections in promoting development. Data are presented with geographic distribution based on quantitative and qualitative data. Drawing on fifteen years of original research, they bring together historical evidence from the world to construct a new theory of political economy with great relevance to today's big questions.

**Keywords:** Law; Economy; State; Institutions; Development.

### LIVRO

Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza

Autores: Daron Acemoglu & James Robinson

Tradução de Cristiana Serra

Editora: Rio de Janeiro, Elsevier, 2013

---

<sup>1</sup> Advogado; Gestor Público; Mestrando em Gestão Pública (FGV-SP); Pós-graduado em Direito Público (PUC-RS); Pós-graduado em Direito Imobiliário (Damásio); Pós-graduado em Direito Processual Civil (Damásio); Pós-graduado em Direito Constitucional (Damásio); Bacharel em Direito (UNIFIEO). [marcelo@coutoesasso.adv.br](mailto:marcelo@coutoesasso.adv.br). <https://orcid.org/0000-0003-0109-5577>.

## AUTORES DA OBRA

O professor titular de economia do MIT (Massachusetts Institute of Technology) Daron Acemoglu, nascido em 1967 na Turquia, naturalizado americano, iniciou sua carreira docente na London School of Economics (LSE), onde também concluiu seu mestrado e doutorado. Recebeu a medalha John Bates Clark, concedida a economistas com menos de 40 anos que contribuíram de forma notória ao pensamento econômico em nível global. Também sendo uma autoridade de grande respeito no assunto, o professor britânico de administração da Universidade de Havard, James Robinson, estudou economia na London School of Economics, e concluiu o mestrado na Universidade de Warwick e doutorado na Universidade de Yale. Nesta obra, ambos reuniram os frutos de quinze anos de pesquisas a fim de demonstrar a sua tese acerca do fracasso econômico das nações.

## RESENHA

A obra é uma das grandes publicações de nosso tempo, através de uma construção argumentativa histórica e empírica, busca responder uma das grandes perguntas da humanidade: por que algumas nações são ricas e outras são pobres? Os autores elaboram a ideia que as diferenças de desenvolvimento entre as nações ocorrem pelo nível de suas instituições. Na medida em que, países que possuem instituições inclusivas, que permitem uma destruição criativa em um ambiente plural, concorrencial e de garantia efetiva da propriedade privada tendem a serem desenvolvidos. Já aqueles que possuem instituições extrativistas e não trabalham com esses valores não geram desenvolvimento.

Desta forma, países que possuem um sistema político plural, aberto, com ampla disputa eleitoral caminham no sentido de criação das instituições inclusivas. Países como o Reino Unido e Estados Unidos não são apresentados como modelos sociais perfeitos, mas que adotaram muitas instituições inclusivas em suas histórias e por isso se desenvolveram. Foram marcados pela alternância de poder, originando uma sociedade com um poder distribuído, possibilitando a qualquer cidadão utilizar sua propriedade privada e usufruir das oportunidades econômicas, convertendo esse impulso em força positiva, e amparados pelas instituições.

A fundamentação do livro busca compreender quais as razões para existirem nações ricas e nações pobres, buscando analisar os dados com as análises comparativas históricas e empíricas. A obra começa com a comparação de uma cidade de Nogales localizada nos Estados

Unidos e México. Separada pela fronteira, possuem praticamente o mesmo povo, a mesma cultura, mesma localização geográfica, a diferença é “apenas” o país em que está localizada, sendo a parte norte-americana da cidade mais rica e desenvolvida que o lado mexicano. A argumentação óbvia é que os EUA são mais ricos, logo, o desenvolvimento maior da parte norte-americana, no entanto, os autores demonstram que essa narrativa não se sustenta pelo imperativo das evidências. O México já foi muito mais rico e desenvolvido que os Estados Unidos, tanto que, em grande parte da história muitos territórios americanos pertenciam aos mexicanos. Partindo desse experimento histórico na análise de Nogales, os autores iniciam a argumentação da obra.

Como resultado desta análise algumas hipóteses são verificadas, como a questão geográfica, cultural e escolhas dos líderes das nações. A primeira hipótese geográfica se apresenta insuficiente para determinar as origens da prosperidade, claramente os autores informam que a geografia importa em diversos aspectos, como por exemplo recursos naturais, no entanto, ela não é fundamental. A segunda hipótese baseada na cultura do povo possui uma certa ambivalência na sua aplicação. Por um lado, as normas sociais exercem influência na sociedade de uma forma geral, e são basilares para as relações entre os seus pares. Porém, não possuem força normativa suficiente para determinar a atuação institucional, e em muitos casos, as relações entre os cidadãos têm forte influência e são resultados das instituições existentes.

Já a terceira hipótese trabalha a ideia da ignorância de determinados líderes, que buscam extinguir as falhas de mercado, através de condução econômica equivocada. Nessa linha, os países seriam ricos por terem implementado políticas mais eficazes na eliminação das ditas falhas de mercado, enquanto os pobres não teriam logrado êxito nessa função. Novamente, essas questões levantadas não são desprezíveis para análise do desenvolvimento, todavia não são esses os fatores determinantes, e sim as instituições estatais que estão por trás dessa tomada de decisão, ou seja, erros acontecem, mas as respostas institucionais para esses erros, ao final serão o fator crucial para o desenvolvimento. Caso essas instituições sejam plurais, abertas e inclusivas trilharão um caminho de maior desenvolvimento, caso sejam extrativistas, buscarão apenas a captura da renda e riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro, e por consequência essas nações não irão se desenvolver.

Em complemento, a inovação é considerada uma fonte importante da prosperidade, bem como a garantia da propriedade privada, assegurando contratos, em condições igualitárias e possibilitando o florescimento de ideias, capazes de novas tecnologias para a realidade da

nação. Nesse ponto argumentativo, os autores trazem diversos exemplos na história que demonstram as nações que buscaram uma relação plural e instituições inclusivas se desenvolveram. Como a expansão do comércio mundial após 1600, que alterou de forma substancial o eixo dos poderes das elites, bem como, a grande revolução industrial e seus avanços tecnológicos foram fatores cruciais nesse panorama de desenvolvimento. Ambos fatos históricos quando agregados com instituições inclusivas e plurais, geraram como consequência os incentivos corretos fundamentais para a prosperidade destas nações.

Porém, nem todas mudanças resultam em uma solução político-institucional inclusiva, qualquer sistema inclusivo poderá se tornar extrativista, e vice-versa. Não há um ponto irretornável em nenhuma nação. Visto que, nas nações extrativistas os favorecidos por privilégios possuem poder sobre as instituições, o que os tornam capazes de fazer mudanças ou barrá-las. Destaca-se que há uma disputa entre elites extrativistas, não raro substituindo-se uma por outra, podendo desencadear um colapso do Estado e da sociedade.

Importante destaque para atuação do Estado, o tamanho deste não é o ponto crucial, mas o modo de funcionamento. Ele precisa garantir em sua atuação a destruição criativa, tanto da riqueza quanto do poder político, promovendo uma redistribuição destes, proporcionando uma alocação eficiente dos recursos e a criação dos incentivos corretos. A existência de mercado não constitui garantia da existência de instituições inclusivas, e por diversas razões o mercado pode perder a natureza inclusiva, e não raras vezes com apoio estatal. E mesmo autoridades bem-intencionadas, podem ser parte do problema, pois os encarregados da máquina pública deixam de atacar as causas que estes fazem parte, sendo tentativas de mudança ineficazes.

Dessas considerações se extrai uma importante lição, permitir que cada indivíduo tome suas decisões, através dos mercados, é a melhor maneira de uma sociedade gerir seus recursos com eficiência. As instituições econômicas inclusivas demandam mercados que também sejam inclusivos e capazes de proporcionar condições de oportunidades econômicas igualitárias para a maioria da população. Já o Estado precisa garantir que ocorra a destruição criativa, da riqueza e do poder, pelos argumentos, sob pena do próprio Estado ou as elites assumirem o controle dos recursos, não permitindo a criação dos elementos necessários para as instituições inclusivas e os incentivos corretos para o desenvolvimento.

Desta feita, a ideia de modificar as instituições com choques exógenos de organismos internacionais é insuficiente, a análise empírica já demonstrou isso. As tentativas em gerar desenvolvimento obrigando a reformar instituições não lograram sucesso, pois não

descontinuaram as extrativistas, ou as alterações foram apenas nominais. Essa insistência em tentar arquitetar a prosperidade, sem de fato alterar a origem dos problemas, não resultará em mudanças. Assim, a ideia de “auxílio para o desenvolvimento” dos países ricos para os pobres, partem de pressupostos equivocados de suas causas. As nações devem buscar através de suas próprias estruturas, modificar a características de suas instituições, tornando-as inclusivas.

Em alguns casos, a produtividade, mão de obra e capital, durante determinado período podem estar em um alto nível, como na antiga União Soviética e atual China, e mesmo sob instituições extrativistas (característica de ambos os países) é capaz de gerar crescimento, no entanto, esse será por tempo determinado como verificado com URSS. Em resumo, a principal ideia é que a criação de riqueza e prosperidade dependem de instituições plurais, abertas e inclusivas, com uma garantia efetiva da propriedade privada, gerando incentivos corretos que permitam uma destruição criativa da riqueza e do poder. Em contrapartida, as nações seriam pobres em razão das instituições extrativistas, que não geram incentivos necessários para a sociedade buscar o desenvolvimento, sendo consolidadas institucionalmente pelo poder dos beneficiários deste extrativismo, bastante comum na África, Ásia e América Latina.

Por fim, cabe uma reflexão abordada ao final da obra sobre o Brasil, que até o tempo da obra (2012), o país possuía características de instituições inclusivas, e que um acompanhamento desta situação seria interessante. Ocorre que após o período mencionado, foi justamente o oposto, após diversas crises institucionais, corrupção e a tomada da máquina pública pelo patrimonialismo e clientelismo mostraram que o país estava justamente na contramão do desenvolvimento. Houve uma intensificação das instituições extrativistas, desenvolvendo uma grande crise econômica e institucional, corroborando com a ideia de toda obra. E demonstrando que um dos grandes entraves para o desenvolvimento nacional será a promoção das instituições, que estas atuem dentro de suas competências, inibindo grandes crises institucionais e promovendo a destruição criativa em um ambiente plural, concorrencial e de garantia efetiva da propriedade privada, pois, ao final o maior beneficiário será o Brasil.

## REFERÊNCIA

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza; tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013. ISBN 9786555605402.